COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROJETO DE LEI Nº 7.483, DE 2017

Acresce dispositivos à Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, que "Dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências".

Autora: Deputada TEREZA CRISTINA

Relator: Deputado FÁBIO TRAD

I - RELATÓRIO

Busca a presente proposição, Projeto de Lei nº 7.483, de 2017, acrescentar dispositivos à Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, mormente para determinar a aplicabilidade, a demandas e processos no âmbito dos juizados especiais cíveis, das normas relativas a conexão e continência de ações e do incidente de resolução de demandas repetitivas previstas na Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 – Código de Processo Civil.

Alega, em suas justificações que:

“Recentemente, foi amplamente noticiado pelos meios de comunicação que colaboradores do jornal Gazeta do Povo foram alvo de diversas ações movidas por juízes e promotores do Estado do Paraná em busca de ressarcimento por danos supostamente acarretados por uma série de reportagens publicadas em fevereiro sobre rendimentos de juízes e membros do Ministério Público do Estado do Paraná que ultrapassariam o valor do subsídio de ministro do Supremo Tribunal Federal, o qual consubstancia o teto máximo remuneratório. Também teria sido observado que esses autores fizeram opção pelo ingresso de ações individuais semelhantes perante juizados especiais cíveis espalhados pelo Estado, o que obrigaria os réus a se locomover a diferentes lugares para comparecer pessoalmente a todas as audiências de conciliação e de julgamento e instrução sob o risco de

juízo de plano das demandas e condenação à revelia, reputando-se verdadeiras as alegações iniciais.

Na oportunidade, entidades ligadas a jornalistas ou ao jornalismo como a Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj) e a Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji) enxergaram nisso um verdadeiro caso de “assédio judicial”.

Trata-se de proposição sujeita à apreciação conclusiva pelas comissões, cabendo a esta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania o exame do mérito e art. 54, RICD.

No prazo regimental, não foram apresentadas emendas ao projeto.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Inexiste qualquer objeção quanto aos pressupostos de constitucionalidade do projeto, que não apresenta qualquer vício em relação à Constituição Federal.

Foram obedecidos os requisitos de constitucionalidade formal e material, bem como a iniciativa legislativa.

O pressuposto da juridicidade se acha igualmente preenchido, não sendo violados os princípios do ordenamento jurídico pátrio.

A técnica legislativa está adequada aos comandos da Lei Complementar n.º 95, de 1998, que, dispõe sobre a elaboração, redação, alteração e consolidação das leis.

Quanto ao mérito, somos favoráveis à aprovação do projeto.

O projeto tem como escopo principal determinar a aplicabilidade, a demandas e processos no âmbito dos juizados especiais cíveis, das normas relativas a conexão e continência de ações e do incidente de resolução de demandas repetitivas previstas na Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 – Código de Processo Civil.

Justifica-se com hipótese observada no Paraná, na qual diversos autores fizeram opção pelo ingresso de ações individuais semelhantes perante juizados especiais cíveis espalhados pelo Estado, obrigando os réus a se locomoverem a diferentes lugares para comparecer pessoalmente a todas as audiências de conciliação e de instrução e julgamento, sob o risco de revelia.

Busca, então, uma solução legislativa adequada para tratar situações similares, possibilitando a reunião de feitos judiciais num só órgão judiciário para o seu processamento e julgamento, conforme já ocorre no âmbito do processo civil comum.

Assim, em sendo aprovado o texto proposto, poderá o demandado requerer, no prazo de cinco dias contados da citação, a modificação da competência por motivo de conexão e continência de ações.

Também o pedido de instauração de incidente de resolução de demandas repetitivas formulado em razão de demanda proposta perante juizado especial cível será dirigido ao presidente de tribunal e apreciado e resolvido nos termos das regras previstas no art. 976 e seguintes da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 – Código de Processo Civil.

Somos favoráveis a tal solução, que evita a repetição de abusos como o descrito nas justificações da proposição.

Isso posto, apresentamos o voto pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei n.º 7.483, de 2017, bem como, no mérito, pela sua aprovação.

Sala da Comissão, em de de 2018.

Deputado FÁBIO TRAD
Relator